

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2445/2025**

**AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA**, com sede à Rua Doutor Raulino de Oliveira, nº 23, Centro, Cachoeiro de Itapemirim/Espírito Santo, CEP 29.300-150 inscrita no CNPJ sob o nº 48.141.512/0001-02, por seu representante legal, vem, tempestivamente, perante vossa excelência, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, pelos fatos e fundamentos que seguem.

**1. DA TEMPESTIVIDADE**

Conforme consta no item “11” do presente edital, o prazo para a apresentação de recursos são de 3 (três) dias úteis, através do sistema eletrônico.

Portanto, o presente recurso é tempestivo.

**2. DAS RAZÕES RECURSAIS**

**2.1. DA NECESSIDADE DE HABILITAÇÃO DA RECORRENTE**

**2.1.1. DA SUPOSTA AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTE DE REGISTRO PROFISSIONAL**

A Impetrante foi inabilitada por supostamente não apresentar documentação de registro profissional ativo, dos profissionais publicitário e jornalista para a execução dos serviços, descumprindo o item 9.15.1.3. do edital”.

Todavia, a inabilitação da Recorrente não merece prosperar, haja vista que, o diploma de graduação por si só já é suficiente para comprovar a formação e a qualificação técnica dos profissionais, sendo dispensável a exigência do registro. Isso porque o diploma, conforme regulamentação do Conselho Federal de Comunicação Social e outras entidades pertinentes, atesta a formação acadêmica e a capacidade técnica do profissional nas áreas de publicidade e

jornalismo.

O registro, embora importante para o exercício profissional em algumas situações específicas, não deve ser considerado um requisito adicional, uma vez que a formação acadêmica comprovada pelo diploma já garante que o profissional possui os conhecimentos necessários para o desempenho de suas funções.

Nestes termos, é o entendimento do E. Supremo Tribunal Federal:

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. TRABALHISTA. HORAS EXTRAS. JORNADA DE TRABALHO REDUZIDA. JORNALISTA. ATIVIDADE DE DIAGRAMAÇÃO. CATEGORIA DE JORNALISTA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO CARREADO AOS AUTOS. SÚMULA 279 DESTA CORTE. 1. A violação reflexa e oblíqua da Constituição Federal decorrente da necessidade de análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional torna inadmissível o recurso extraordinário. Precedentes: RE 596.682, Rel. Min. Carlos Britto, Dje de 21/10/10, e o AI 808.361, Rel. Min. Marco Aurélio, Dje de 08/09/10. 2. Os princípios da legalidade, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, da motivação das decisões judiciais, bem como os limites da coisa julgada, quando a verificação de sua ofensa dependa do reexame prévio de normas infraconstitucionais, revelam ofensa indireta ou reflexa à Constituição Federal, o que, por si só, não desafia a abertura da instância extraordinária. Precedentes: AI 804.854-AgR, 1ª Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 24/11/2010 e AI 756.336-AgR, 2ª Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, DJe de 22/10/2010. 3. A Súmula 279/STF dispõe verbis: “Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário”. 4. É que o recurso extraordinário não se presta ao exame de questões que demandam revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, adstringindo-se à análise da violação direta da ordem constitucional. 5. In casu, acórdão recorrido assentou: “I – AGRAVO DE INSTRUMENTO – HORAS EXTRAS – JORNADA DE TRABALHO REDUZIDA DO JORNALISTA – ATIVIDADE DE DIAGRAMAÇÃO – CATEGORIA DE JORNALISTA. Ante aparente violação ao art. 303 da CLT, dá-se provimento ao Agravo de Instrumento para determinar o processamento do apelo denegado. II – RECURSO DE REVISTA – HORAS EXTRAS – JORNADA DE TRABALHO REDUZIDA DO JORNALISTA – ATIVIDADE DE DIAGRAMAÇÃO – CATEGORIA DE JORNALISTA. 1. **O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 511.961, em 17/09/2009, decidiu pela inconstitucionalidade da exigência do diploma de jornalismo e registro profissional no Ministério do Trabalho como condição para o exercício da profissão de jornalista.** 2. Assim, em razão de a função de diagramador ser enquadrada na profissão de jornalista e de não prevalecer a tese regional de que para o exercício da profissão é necessário diploma nessa área, verifica-se que o Reclamante tem jus à jornada reduzida, prevista no art. 303 da CLT, devendo ser remuneradas como extras as horas excedentes à quinta diária. Recurso de Revista conhecido e provido”. 6. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 657386 AgR, Relator(a): LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 13-12-2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-033 DIVULG 14-02-2012 PUBLIC 15-02-2012)

Portanto, o diploma já assegura a qualificação do profissional e a sua capacidade para executar os serviços contratados, sendo desnecessária a exigência de registro profissional.

## 2.1.2. DO REGISTRO NO SINAPRO

Segundo a decisão proferida, a recorrente foi desclassificada, por supostamente não apresentar comprovante de inscrição da licitante em entidade representativa da atividade publicitária, vigente na data da entrega da proposta, (...), podendo ser no Sindicato das Agências de Propaganda – SINAPRO/RJ ou outros, descumprindo o item 9.12.2. do edital.

Todavia, foram apresentados os certificados na qual comprova a atividade publicitária da Recorrente, nos termos do Art. 4º, §1 da Lei 12.232/10 (Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências):

*“Art. 4º Os serviços de publicidade previstos nesta Lei serão contratados em agências de propaganda cujas atividades sejam disciplinadas pela [Lei no 4.680, de 18 de junho de 1965](#), e que tenham obtido certificado de qualificação técnica de funcionamento.*

*§ 1º O certificado de qualificação técnica de funcionamento previsto no caput deste artigo poderá ser obtido perante o Conselho Executivo das Normas-Padrão - CENP, entidade sem fins lucrativos, integrado e gerido por entidades nacionais que representam veículos, anunciantes e agências, ou por entidade equivalente, legalmente reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de agências de propaganda.”*

Logo, considerando que o certificado do CENP já apresentado comprova a atividade publicitária da Recorrente, desnecessária a exigência do certificado SINAPRO para o mesmo objetivo.

06/06/2025, 08:25

Certificado de Qualificação Técnica Eletrônico

### CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Agência  
Full Service

Por cumprimento das metas de qualidade e compromisso com as Normas-Padrão de Atividade Publicitárias, estabelecidas em 16/12/1998, o CENP outorga este Certificado de Qualificação Técnica à:

**AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA EPP**

48.141.512/0001-02 | Grupo Técnico 8 | ES.2407.14470.8

São Paulo, 25 de julho de 2024.

Luiz Lara  
Presidente

Exibido no dia 06/06/2025 - 08:24:58 - Código de Controle do Certificado: A48141512000102

O prazo de validade do Certificado de Qualificação Técnica está condicionado à manutenção dos compromissos técnicos de certificação da Agência, a qual deve ser conferida, em www.cenp.org.br. Este documento tem validade por 90 dias, contados da data de sua emissão. Autenticado no endereço eletrônico: <https://sistemas.cenp.com.br/WebCENPCertificado/ImpCertificado.aspx>

<https://sistemas.cenp.com.br/WebCENPCertificado/ImpCertificado.aspx>

1/1

Portanto, a certificação do CENP atesta a qualificação técnica das agências de publicidade, garantindo que elas atendam aos requisitos legais e técnicos para atuar nesse mercado, sendo desnecessária a exigência do SINAPRO, vez que, inclusive, nos termos dos arts. 5º, XX, e 8, V, da CF/88, assegura o direito à livre associação e sindicalização.

Todavia, também segue em anexo certificado na qual comprova que a Recorrente é associada do SINAPRO:



Motivo pelo qual, o recurso da Recorrente merece provimento, para fins de que esta seja devidamente habilitada no certame.

### 3. DO PEDIDO

Portanto, requer o recebimento do presente recurso, bem como, diante de tudo o que foi exposto, que o Recurso apresentado seja considerado totalmente procedente, a fim de que a Recorrente seja devidamente habilitada no certame, como única medida apta a resguardar os direitos inerentes à Administração e aos próprios Administrados.

Insta salientar ainda que, a súmula 473 do STF, dispõe sobre a possibilidade da administração anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade.

Termos em que, pede-se deferimento.

São José do Vale do Rio Preto/RJ, 20 de junho de 2025.

**AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA**

**RYAN DA SILVA TEIXEIRA SANTOS**  
**OAB/ES N° 42.080**